



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/05/2015

INDICE

1. CASAMENTO COMUNITÁRIO	
1.1. JORNAL O DEBATE.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3. EXECUÇÕES PENAIS	
3.1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS.....	3 - 4
4. JUÍZES	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5 - 6
5. SEGURANÇA	
5.1. JORNAL A TARDE.....	7 - 8
5.2. JORNAL EXTRA.....	9
5.3. JORNAL PEQUENO.....	10
6. SERVIDOR PÚBLICO	
6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	11 - 15
7. SINDJUS	
7.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	16
7.2. JORNAL PEQUENO.....	17

**OAB/MA GARANTE PRORROGAÇÃO
POR MAIS 10 DIAS PARA
ADVOGADOS SE ADEQUAREM
ÀS MEDIDAS DE SEGURANÇA
DO FÓRUM**

Pág. 3

OAB/MA garante prorrogação por mais 10 dias para advogados se adequarem às medidas de segurança do Fórum

A OAB/MA garantiu junto à Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa em São Luís a prorrogação por mais 10 dias para que todos os advogados possam se adequar ao Protocolo de Segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão. O cumprimento às medidas de segurança do TJ voltaria a ser exigido a partir desta segunda-feira, 18. Mas após o pleito da Seccional Maranhense, a direção do fórum estendeu o período de transição por mais 10 dias a fim de garantir que todos os profissionais se adequem às novas medidas de acesso ao prédio.

De acordo com o Protocolo, para ter acesso ao Fórum, todos os usuários - servidores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e visitantes - terão que apresentar um cartão de identificação (crachá) com o qual poderão percorrer todas as dependências do prédio. Caso deseje, o advogado

poderá optar por adquirir o próprio cartão de identificação que está sendo oferecido, a preço de custo, pela OAB/MA para dar maior comodidade ao profissional que, nesta hipótese, não precisará devolvê-lo na saída, utilizando-o de forma permanente. A aquisição é facultativa. Os que não quiserem obter seu próprio cartão permanente poderão usar o documento oferecido pelo próprio Fórum, devolvendo-o na saída. Os advogados deverão, ainda, preencher uma ficha cadastral, disponível no site da OAB/MA.

O novo sistema de segurança do Fórum do Calhau foi implantado no dia 20 de janeiro. Ele inclui equipamentos de raio X para inspeção de bagagem, catracas eletrônicas e detectores de metal. A medida tem a finalidade de garantir a segurança dos operadores do Direito e dos usuários dos serviços forenses.

ITAPECURU-MIRIM

Detento de Pedrinhas é recapturado na BR-135

Um detento identificado como Ivaldo Cruz Carvalho foi recapturado no final da tarde da última quinta-feira (14), por uma equipe da Polícia Rodoviária Federal, após uma abordagem de rotina policial.

Segundo informações dos policiais, o detento, que foi beneficiado pela saída temporária por bom comportamento durante o feriado da Páscoa, foi encontrado no município de Itapecuru-Mirim, a 108 km de São Luís, nas proximidades do Km 85 da BR-135. Ivaldo Cruz Carvalho foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de

Pedrinhas, em São Luís.

A saída dos presos ocorreu no último dia 1º de abril e o retorno estava marcado para o dia sete do mesmo mês. Os detentos foram liberados pela juíza Ana Maria Almeida Vieira que assinou a portaria autorizando a saída temporária de apenados para o feriado de Páscoa.

Durante o período do benefício, os internos contemplados com a saída temporária não podem se ausentar do Estado, ingerir bebida alcoólica, portar armas, frequentar festas, bares ou similares, devendo se recolher às suas residências até às 20h.

SAÍDA TEMPORÁRIA

32 detentos não voltam após Dia das Mães

Dos 262 internos beneficiados com a saída temporária de Dia das Mães, 32 não retornaram às unidades do sistema prisional do Maranhão, segundo informou a Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap-MA). Em 2015, 86 presos dos 538 beneficiados não retornaram ao fim de prazos de saídas temporárias, o que corresponde a mais de 15,98 % de evasão.

De acordo com a Sejap, dos 32 que não retornaram, um interno foi executado a tiros no dia 8 de maio no bairro do Pirapora, zona rural de São Luís. Segundo a polícia, ele foi morto por homens armados enquanto conversava com amigos. Os outros 31

internos são considerados foragidos.

A saída temporária tem duração de sete dias. A falta de retorno no prazo definido implica em falta grave e regressão de regime. O benefício é garantido pela Lei de Execuções Penais e concedido pela Justiça aos presos que cumprem pena em regime semiaberto, que apresentam bom comportamento e que já tenham cumprido pelo menos um quarto da pena.

A Sejap-MA afirmou que apenas 256 presos foram beneficiados e confirma que a quantidade de “não retornos” foi superior ao mesmo período do ano passado.

"A suspensão da inscrição do contribuinte, em prejuízo à sua atividade profissional, não é instrumento legal de cobrança"

Marcelo Carvalho Silva, desembargador, que cancelou os efeitos da portaria 120/2015, da Sefaz

Cenas do casamento

O Juiz de Direito Jesus Guanaré de Sousa Borges, que celebrou o casamento de Marcella Itapary Ribeiro Moreira e Lucas Aguiar Silveira Borba, na semana passada, foi aplaudido ao final da cerimônia.

Partiu dele a iniciativa de dizer em alto e bom som que o pai da noiva, Eliezer Moreira Filho, pela idoneidade moral e competência política, faz falta no Congresso Nacional.

Para os que não sabem: Eliezer, depois de cumprir mandato na Assembleia Legislativa, elegeu-se deputado federal e participou ativamente dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988.

Grande conhecedor das artes plásticas e dono de uma das maiores pinacotecas de

São Luis, Eliezer Moreira, como pai da noiva, presenteou os padrinhos do casal com uma bela tela do pintor maranhense Airton Marinho.

No Catar, onde se encontrava a trabalhar, Hugo Napoleão, recebia informações do casamento de Marcella e Lucas. Quem as transmitia, pelo celular, era sua esposa Leda, madrinha do casal na cerimônia.

Eliezer, com problemas num dos joelhos e, ainda, sob cuidados ortopédicos, não deixou de circular no ambiente do casamento. Ora usava uma bengala, ora uma cadeira de rodas.

Quando usava a bengala, dizia ser em homenagem à aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC da Bengala.

O bonito casamento de Marcella e Lucas

Nada de luxo e ostentação. Havia sim, muito requinte e bom gosto na ambientação do salão do Class Eventos para a realização da cerimônia e da recepção do casamento de Marcella Itapary Ribeiro Moreira e Lucas Aguiar Silveira Borba.

O noivo entrou de mãos dadas com os pais. E o pai da noiva, Eliézer Moreira Filho, chegou de cadeira de rodas (está com uma lesão meniscal num dos joelhos) e dividiu o percurso com a mãe da noiva, que entrou de mãos dadas com a filha até próximo ao altar, cedendo a vez a Eliézer que, andando com dificuldade, continuou o percurso até o altar.

O casamento, com participação musical de Sérgio Carvalho (violino e sax) foi realizado pelo Juiz de Direito Jesus Guanarê de Sousa Borges (ao seu lado estava a escritora Núbria Maria Cunha Lemos), seguindo-se a bênção religiosa, pelo Pe. Eduardo Carneiro, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Após o ato civil e religioso, foi servido um jantar de quitutes deliciosos e aberta a mesa de doces irresistíveis de Marcia Ribeiro e Ana Nunes, com bem-casados e crok's de Elvira Bona.

A excelente banda Argumento e o DJ Sergio Murilo fizeram bombar a pista de dança até alta madrugada.



Juiz de Direito Jesus Guanarê de Sousa Borges e Murilo Albuquerque



Os noivos diante do Pe. Eduardo e do juiz Jesus Guanarê

"Eu sempre tentei buscar algo a mais", Joaquim Neto

Conheça a trajetória do defensor público **P. 3**

Joaquim Neto, defensor público

Foto/Pablo Soares

“Eu sempre tentei buscar algo a mais”

**Defensor público e presidente da
Associação Nacional dos
Defensores Públicos (Anadep),
Joaquim Neto descobriu sua
vocação ao defender os direitos
daqueles que não podem pagar
pelos serviços de advogados**



Juliene Hidelfonso
Da equipe de **O Estado**

Joaquim Neto é defensor público e presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), mas o caminho que percorreu para chegar ao cargo que ocupa hoje foi longo e difícil. Aos 13 anos, saiu de sua cidade natal, Lago da Pedra, no interior do Maranhão, e se mudou para São Luís para estudar. Deixou seus pais e sua irmã adotiva e veio morar com seus avós de criação em São Luís. De 1989 a 2015, foram 26 anos de adaptação. Morou na casa dos avós, com tios, viveu no lar de amigos, andou de ônibus, teve de trabalhar para ajudar seu pai no sustento do filho que havia saído de casa. Foram anos de dedicação e esforço que valeram a pena.

Joaquim Neto teve uma infância típica de interior. É filho único, seus pais só tiveram a ele de filho biológico, mas adotaram uma menina, sua irmã, Márcia Andreia. O pai era proprietário rural, tirava todo lucro e sustento de sua família de lá, pois não tinha nenhuma outra fonte de renda. Apesar de o pai ter estudado apenas até a 4ª série, sua família vivia bem, não os faltava nada. "Foi um período muito bom, um início dos meus estudos em que eu já aparentava que gostava da educação e que seria um bom aluno", conta.

O defensor público era um menino de personalidade muito calma, coisa que é ainda hoje. Quando criança, nunca foi voltado a outras atividades, como esporte ou qualquer outro tipo de habilidade. Aos 13 anos, se mudou para São Luís. Foi um período de rupturas, difícil, porque ele havia deixado sua família, a segurança do seu lar e vindo morar com os avós que criaram sua mãe, seus avós de consideração. Desde que chegou à capital até sua formatura, morou na casa de avós, tios e amigos. Ele só passou a ter um lar

"Passei um período em Pedrinhas, onde aprendi bastante e vivenciei a parte mais difícil da defensoria"



Divulgação



No fim de março, Joaquim Neto assumiu a presidência da Anadep

seu após a formatura.

Educação - Joaquim Neto estudou na escola Dom Bosco. Como o pai não tinha condições de trazer toda a família para São Luís, ele investiu na educação do filho. Foram anos de difícil adaptação, entrou em uma turma que estava junta desde o jardim de infância. "Tive muita dificuldade de me enturmar e me entrosar com a turma, mas graças a Deus consegui concluir o ensino médio, não da forma como eu acho que poderia ser. Não sei se pelas dificuldades pessoais, o choque da mudança do interior para a capital, o nível da qualidade de ensino que era muito superior", comenta.

Quando saiu da escola, pres-

tou cerca de seis vestibulares para Medicina, mas nunca passou. Optou pelo curso por influência da família, mas só depois de um tempo e achando que havia algo de errado, pois se dedicava ao máximo e não passava, resolveu abrir mão e se lembrou das palavras do avô. "Ele sempre dizia que eu tinha o talento para a área do Direito e que eu daria um bom advogado, porque me dava bem com as pessoas, que eu devia buscar esse caminho e assim eu fiz", relembra.

O defensor se inscreveu para o vestibular de Direito, passou e, naquele momento, percebeu que aquilo havia acontecido no momento certo. Na época, Joaquim Neto percebeu que viveria daquilo e extraiu o



RAIO-X

NOME COMPLETO:

Joaquim Gonzaga de Araújo Neto

NASCIMENTO:

26 de maio de 1976

PROFISSÃO:

Defensor Público Estadual

FILIAÇÃO:

Francisco Gonzaga de Araújo e Maria Santos de Araújo

ESPOSA:

Márcia de Sousa Morais de Araújo

FILHA:

Ana Sara Morais de Araújo, de 6 anos

QUALIDADE:

Determinação

DEFEITO:

"Avalio demais as situações"

ALEGRIA:

"Uma alegria muito sincera, foram coisas que marcaram muito minha vida. A minha graduação e o nascimento da minha filha"

TRISTEZA:

Falecimento do pai em 2010

SAUDADE:

Do pai

PLANOS:

"Buscar ter uma melhora na qualidade de vida. Um equilíbrio entre família, trabalho e saúde"

máximo que a universidade lhe dava para que ele se tornasse um bom profissional. Logo nos primeiros meses de aula, ele se apaixonou pelo Direito. "Eu mergulhei de cabeça e, graças a Deus, fiz um bom curso, tive uma turma maravilhosa, fiz grandes amizades, tive bons professores e tudo isso influenciou na minha faculdade", diz.

Carreira - Enquanto cursava Direito, Joaquim Neto decidiu que queria fazer concursos públicos. A situação financeira de seu pai havia piorado e ele precisava ajudá-lo. Fez concurso para escrivão da polícia civil, foi aprovado e chamado diversas vezes, mas não assumiu o cargo porque teria que se deslocar para o interior do Maranhão e abrir mão da graduação. Vendo-se em uma

posição ruim, tendo que escolher entre trabalhar e concluir o curso, optou pela educação.

Joaquim Neto conseguiu um estágio no Tribunal de Justiça (TJ). Lá ele recebia uma bolsa-auxílio que o ajudou a concluir o curso. Em 2005, o tão sonhado diploma chegou às mãos. Após se formar, passou dois anos no TJ como contratado no setor administrativo. Durante o período, fez cursos para não se distanciar do Direito. Chegou a lecionar no curso de Direito da UFMA, fez concurso para juiz, mas não passou.

"Eu sempre tentei buscar algo a mais, então, o tempo que fiquei no TJ foi estudando, me reciclando. Sempre buscando uma segurança. Estudei na escola do Magistério e fiz uma pós para não deixar o Direito mor-

rer naquele período na minha vida", afirma.

Ainda focado nos concursos, passou para técnico judiciário e analista judiciário porque queria ter segurança financeira para que pudesse se dedicar para outros concursos, assim, passou nove anos no Tribunal de Justiça. Nesse intervalo, passou um tempo dando aula na UFMA, como professor substituto, mas deixou de lecionar para se dedicar ao concurso para juiz. "Me empenhei ao máximo, mas não foi da vontade de Deus, eu fiquei reprovado em uma determinada etapa do concurso. Fiquei muito triste, mas o esforço já havia sido feito, o conhecimento já havia sido adquirido", diz.

Em 2009, passou no concurso para defensor público. Foi então que percebeu o que queria para sua vida, poder ajudar gratuitamente pessoas que não têm condições de pagar alguém para lutar pelos seus direitos. "Me realizei. Ingressei na defensoria pública em 4 de janeiro de 2011. Passei um período provisório de 10 meses em Pedrinhas, onde aprendi bastante e vivenciei a parte mais difícil da defensoria e aquilo foi a prova que eu realmente queria seguir", comentou.

Após passar por Pedrinhas, foi transferido para Itapecuru. Passou pelo núcleo itinerante, da criança e do adolescente; foi presidente da Associação de Defensores Públicos do Maranhão e este ano assumiu a presidência da Associação Nacional dos Defensores Públicos, cuja sede é em Brasília.

Defensor diz que família é sua base

O defensor público Joaquim Neto sempre foi um homem calmo, paciente e com um espírito conciliatório. Hoje, o trabalho e as viagens para Brasília e outros estados, a distância de sua família, são um fator que ele diz ser muito complicado.

"Dentre todos os projetos que eu tive na minha vida, de querer me formar, ter uma profissão e poder ajudar as pessoas, sempre tive o projeto de ter uma família. Eu sempre quis ter uma família. Eu entendo que a base para a vida de qualquer homem é uma família, então eu sempre procurei me dedicar bastante à minha", comenta.

Ele é casado há 10 anos com Márcia de Sousa Morais de Araújo, mas há 20 está com ela, entre namoro, noivado e casamento. "Hoje temos a Ana

Sara, que é uma grande alegria para a gente. Uma menina boa, saudável, equilibrada, madura, com a cabeça à frente do seu tempo. Sonhamos em aumentar a família, mas os últimos anos têm sido de muito trabalho tanto da minha parte, como da minha esposa", explica.

Sua esposa é dentista, trabalha muito, está cursando mestrado e o tempo de ambos é sempre muito corrido, mas os dois, sempre que podem, correm para o conforto do lar para recarregar as baterias e se tranquilizar. A base deles é realmente a família. Enquanto está em São Luís, gosta de ler, passear, sair para jantar com a esposa e família, frequenta a igreja, sempre que pode vai visitar a mãe em Lago da Pedra e tomar de conta das terras que seu finado pai deixou.



Defensor com a esposa Márcia de Araújo e a filha Ana Sara, de 6 anos

SIMPLES, ASSIM...

... Atenção, advogados, a OAB/MA garantiu junto à Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa em São Luís a prorrogação por mais 10 dias para que todos os advogados possam se adequar ao Protocolo de Segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão...

... O cumprimento às medidas de segurança do TJ voltaria a ser exigido a partir desta segunda-feira, 18...

... Mas após o pleito da Seccional Maranhense, a direção do fórum estendeu o período de transição por mais 10 dias a fim de garantir que todos os profissionais se adequem às novas medidas de acesso ao prédio...

... De acordo com o Pro-

ocolo, para ter acesso ao Fórum, todos os usuários - servidores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e visitantes – terão que apresentar um cartão de identificação com o qual poderão percorrer todas as dependências do prédio...

... Caso deseje, o advogado poderá optar por adquirir o próprio cartão de identificação que está sendo oferecido, a preço de custo, pela OAB/MA para dar maior comodidade ao profissional que, nesta hipótese, não precisará devolvê-lo na saída, utilizando-o de forma permanente.

... Mais um cartão par fazer volume na carteira...

... Affff!!

SÃO LUÍS

Inscrições para Casamento Comunitário começam em 30 de maio

Pessoas que residem na cidade de São Luís e que desejam realizar o sonho de oficializar a união já podem iniciar a organização da documentação. A realização de mais uma edição da celebração foi definida na tarde dessa quinta-feira (14), durante reunião entre a juíza corregedora Oriana Gomes, a Coordenação das Serventias da Corregedoria e cartórios de registro civil de São Luís. As inscrições terão início na Ação Global, que este ano acontece no dia 30 de maio, no Campus São Luís da Universidade Federal do Maranhão. Somente podem se inscrever interessados que morem na cidade de São Luís, capital.

O coordenador das Serventias da Corregedoria, Rafael Duarte, alerta que mais uma vez as inscrições serão limitadas. "É a oportunidade que muitas pessoas estão esperando, por isso é preciso ficar atento. Após a Ação Glo-

bal, vamos fazer um levantamento e verificar a necessidade de reabrir as inscrições, que terão prazo definido. O interessado também deve ficar alerta para a apresentação de toda a documentação necessária para a efetivação da inscrição", lembrou.

Por enquanto, não serão aceitas inscrições na sede da Corregedoria, somente durante a Ação Global. Os interessados devem ficar atentos para os critérios de apresentação de documentos em cada caso, conforme a sua situação. A documentação daqueles que vão casar pela primeira vez é diferente daqueles que já estão indo para o segundo matrimônio. No comparecimento para a inscrição, os casais devem apresentar as testemunhas do casamento e os documentos exigidos para a participação na celebração. Deverá ser entregue uma cópia acompanhada do documento original.

CONCILIAÇÃO

Sindicatos participam de audiência

Amanhã, às 10h30, no auditório do Hotel Premier, na Praia da Ponta da Areia, em São Luís, os dirigentes das Centrais Sindicais e dos sindicatos dos servidores públicos estaduais do Maranhão pretendem realizar uma reunião plenária, a convite do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), para organizar sua participação conjunta na audiência com a direção do Tribunal de Justiça (TJMA) e o Procurador Geral do Estado (PGE). A reunião plenária no Hotel Premier é aberta à participação da imprensa e das assessorias jurídicas das entidades.

E na terça-feira, 19/05, às 10h30, sob a presidência da desembargadora Anildes Cruz, as

Centrais Sindicais e o Procurador geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia, estarão reunidos no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para discutir a proposta dessas entidades de realização de audiências de conciliação, com o intuito de encerrar consensualmente as ações de ilegalidade de greve ajuizadas pela PGE-MA contra diversos sindicatos de servidores públicos estaduais.

A proposta de realização dessa audiência pública com a direção do Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE surgiu durante a audiência realizada entre as Centrais Sindicais e o Governo do Estado do Maranhão, ocorrida em março último, com a participa-

ção dos secretários Márcio Jerry Barroso (Articulação Política) e Francisco Gonçalves (Direitos Humanos), representando o Governador Flavio Dino (PCdoB).

Já confirmaram que estarão presentes na audiência as seguintes Centrais Sindicais: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Além dos representantes das Centrais Sindicais também participarão da audiência representantes dos seguintes sindicatos de servidores públicos estaduais

que, no momento, respondem ações judiciais por terem feito movimentos parestas no Maranhão: Sindicato dos Servidores do Ministério Público Estadual do Maranhão (Sindsemp), Sindicato dos Fiscais Agro-Pecuários do Estado do Maranhão (Sinfa), Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão (Sinpol), Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) e Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Maranhão (Sindspen-MA).

A reunião contará também com a presença da advogada Carolina Sena, enviada para representar a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) na audiência das Centrais Sindicais com a direção do TJMA e o PGE-MA.

Prorrogação

A OAB/MA garantiu junto à Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa em São Luís a prorrogação por mais 10 dias para que todos os advogados possam se adequar ao Protocolo de Segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O cumprimento às medidas de segurança do TJ voltaria a ser exigido a partir desta segunda-feira, 18.

Após o pleito da Seccional Maranhense, porém, a direção do fórum estendeu o período de transição por mais 10 dias, a fim de garantir que todos os profissionais se adequem às novas medidas de acesso ao prédio.

Centrais Sindicais realizam reunião para audiência com TJ e PGE

Amanhã (18), às 10h30, no auditório do Hotel Premier, na Praia da Ponta d'Areia, em São Luís, os dirigentes das Centrais Sindicais e dos sindicatos dos servidores públicos estaduais do Maranhão pretendem realizar uma reunião plenária, a convite do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), para organizar sua participação conjunta na audiência com a direção do Tribunal de Justiça (TJMA) e o procurador geral do Estado. A reunião é aberta à participação da imprensa e das assessorias jurídicas das entidades.

Na terça-feira (19), às 10h30, sob a presidência da desembargadora Anildes Cruz, as Centrais Sindicais e o procurador geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia, estarão reunidos no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para discutir a proposta dessas entidades de realização de audiências de conciliação, com o intuito de encerrar consensualmente as ações de ilegalidade de greve ajuizadas pela PGE-MA contra diversos sindicatos de servidores públicos estaduais.

A proposta de realização dessa audiência pública com a direção do Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE) surgiu durante a audiência realizada entre as Centrais Sindicais e o governo do Estado do Maranhão, ocorrida em março último, com a participação dos secretários Márcio Jerry Barroso (Articulação Política) e Francisco Gonçalves (Direitos Humanos), representando o governador Flavio Dino (PCdoB).

Já confirmaram que estarão presentes na audiência as seguintes Centrais Sindicais: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).